

REVISTA DO

P INSTITUTO
HISTÓRICO DE
PITANGUI

Instituto Histórico Pitangui

Igreja Matriz de Nossa Senhora do Pilar



Túmulo do Padre Belchior

Diretoria do Instituto Histórico de Pitangui

Presidente: Vandeir Alves dos Santos

Segunda-Secretária: Heloisa Helena Valladares Viegas Lopes

Primeiro Tesoureiro: Edson Márcio Viegas Lopes

Segundo Tesoureiro: Judith Aurora Gonçalves Viegas

Membros eleitos do Conselho Consultivo: Vandeir Alves dos Santos, Heloisa Helena Valladares Viegas Lopes, brasileira, Marcelo de Freitas Assis Rocha,

Evandro José de Barcelos, Judith Aurora Gonçalves Viegas, Maria José de Freitas, Ana Maria Nogueira Rezende, Shirley Nalu Ramos Navarro,

Membros Eleitos do Conselho Fiscal: Jorge Washington Cançado Neto, Maria da Graça Menezes Mourão, Bertolino José do Vale Filho

Membros Suplentes do Conselho Fiscal: Francisco Régis Lobato, Raimundo da Silva Rabello, Maria da Conceição Teixeira

O Instituto Histórico de Pitangui- IHP e os autores autorizam a reprodução e a divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo ou pesquisa, ressalvado os direitos morais dos autores.

Índice

Editorial

01

A importância histórico-social do IHP: o Instituto Histórico de Pitangui como fonte de identidade e cultura

02

Instituto Histórico de Pitangui: caminho para novos tempos

04

Um longo caminho a ser percorrido

06

Como nasce a vontade de pesquisar genealogia?

Mistura de sentimentos e memórias do presente para o passado

08

Fontes documentais para uma história da educação em Pitangui

12

Ações de Alma no Pitangui Colonial & Imperial

15

A capela de Santo Antônio do Posto dos Guardas e a
Fazenda dos Guardas na Estrada Real
Pará de Minas/Onça/Pitangui)

18

Belchior Pinheiro de Oliveira (o Padre) Meu pentavô

23

Pitangui, a Independência do Brasil passa por aqui! Roteiro Turístico

28

Expediente

Revista Instituto Histórico de Pitangui-IHP Ano 1 - 2022/2023

Pitangui-Minas Gerais

Presidente: Vandeir Santos

Jornalista Responsável: Marcelo Freitas - Reg.: 2.668 SJP-MG

Editor/Pesquisa: Ana Maria Nogueira Rezende

Projeto Gráfico: Elder Souza/Gráfica Avohai

Revisão Ortográfica e Gramatical: Maria José Valério Calderaro Teixeira

Fotografia: Luciene Resende; Israel Borges, Blog "daquidepitangui", Acervo próprio.

Editorial

A edição de nossa revista de número 1 chega a um momento importante para o Instituto Histórico de Pitangui (IHP), nos seus 55 anos de existência, o Instituto nunca esteve tão produtivo. A alta demanda por documentos necessários para a obtenção de cidadania portuguesa causou uma corrida dos interessados em busca da comprovação de sua ascendência sefardita. A reorganização cronológica dos inventários e a atualização da indexação facilitou muito a assistência aos interessados.

“Embora a chegada de recursos tenha nos possibilitado a compra de scanners e a contratação de mão de obra para o início do processo de digitalização, a produtividade é baixa em razão do cuidado necessário no manuseio dos documentos. Precisa-se de mais aporte financeiro para a contratação de mais mão de obra e material de infraestrutura de maneira a proporcionar ao acervo um tratamento digno de sua importância.

“É notória a falta de espaço no casarão para que o IHP desempenhe o seu trabalho com o conforto necessário. Havendo um número maior de pesquisadores é necessário ocupar os demais cômodos pertencentes à Secretaria Municipal de Cultura da cidade de Pitangui. Mesmo com essa dificuldade pela falta de espaço físico, avança-se em relação aos anos anteriores, pois o IHP está mais bem equipado tecnologicamente. A próxima meta é um espaço mais amplo para melhor atender aos genealogistas, historiadores e pesquisadores acadêmicos.

“Trabalha-se para fechar o ano com a indexação de 100% dos inventários e arrolamentos e também a digitalização de todos os inventários do século XVIII e início do XIX. O acervo museológico se encontra inventariado, aguardando a execução do projeto expográfico que, talvez, permita a reinauguração do museu ainda esse ano.

“Por tudo isso, tem-se a segurança em afirmar que nunca o Instituto Histórico esteve tão ativo, pois, além da evolução na organização, tem-se atendido de forma satisfatória a demanda dos interessados. Há disposição em se garantir que essa evolução seja contínua e que se possa tornar referência em nossa prestação de serviço.

Vandeir Santos

Presidente do Instituto Histórico de Pitangui (IHP)

A importância histórico-social do IHP: o Instituto Histórico de Pitangui como fonte de identidade e cultura

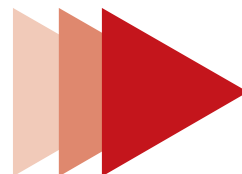
Fundado em 1968 e presidido atualmente por Vandeir Alves, o Instituto Histórico de Pitangui vem preservando, desde então, todo um acervo documental misto, onde se pode encontrar desde inventários que remontam à época da fundação da cidade de Pitangui, em 1715, a registros jornalísticos, eleitorais e jurídicos dos séculos XIX e XX.

Tal preservação tornou-se ainda mais contundente e necessária com as novas tendências historiográficas do final do século XIX em produzir e registrar a história como memória e ciência. Ora, a memória é a história dos povos, e um povo sem memória é um povo sem história, como afirma Costa (2012).

Atualmente, um dos métodos mais utilizados para preservação e longevidade dos arquivos documentais que se têm disponíveis é a digitalização. Garantida pela Lei nº 12.682 de 09 de julho de 2012, a lei para a digitalização de documentos em seu Artigo 2º-A acrescido em 2019, além de garantir a autenticidade e disposição das fontes, determina: “Fica autorizado o armazenamento, em meio eletrônico, óptico ou equivalente, de documentos públicos ou privados, compostos por dados ou por imagens, observado o disposto nesta Lei, nas legislações específicas e no regulamento.” (LEI Nº 13.874, DE 20 DE SETEMBRO DE 2019).

Iniciados ainda neste ano de 2022, os processos de digitalização do acervo do IHP proporcionaram a contratação de colaboradores, a participação em projetos como o de Educação Patrimonial, promovido pelas Secretarias de Educação e Cultura do município e maior disponibilidade de atendimento a pesquisadores, contribuindo extensivamente com a comunidade científica no âmbito da formação continuada.

Pensando em uma perspectiva mais ampla do que somente a preservação e indexação de documentos bem como em toda a sua bagagem arquivística e museológica, o Instituto tem como missão educar todos aqueles que tem a oportunidade de o visitar. Pode-se afirmar que a visão do IHP é proporcionar o entendimento claro e epistemológico da identidade, cultura e história do povo pitanguense e de todos os municípios que faziam parte dos distritos da antiga Sétima Vila do Ouro de Minas Gerais.



Com seus valores agregados no respeito à inclusão, diversidade e liberdade sabe-se que, neste ano, Ano da Liberdade, quando o país completa seu bicentenário de independência, pode-se afirmar com orgulho que todo o trabalho de dedicação em promover não somente o acesso às fontes disponíveis na sede do IHP, mas também a contribuição em formar sujeitos socioculturais não tem sido em vão. O Instituto Histórico de Pitangui participa de forma crítica, heterógena e coletiva da formação educacional do cidadão, seja ele pesquisador ou não.

Sujeitos socioculturais, “se constituem historicamente, a partir de sua experiência cotidiana, de seu mundo vivido, inseridos em estruturas, instituições e processos sócio-históricos.” (Velho, 1986 apud Teixeira, 1996). Sendo o IHP um órgão institucional pode-se afirmar, com base nas palavras de Teixeira (1996), que

contribui ativamente para a ampliação dos conhecimentos de todos os indivíduos fazendo valer suas experiências vividas e ajudando-os a reconhecer a si mesmos e o outro como sujeitos, donos de sua própria história.

Conclui-se, portanto, que, para além de preservar o conhecimento histórico contido no seu acervo o Instituto Histórico de Pitangui promove o acesso à educação, assim como a emancipação dos saberes de cada cidadão e a influência à formação contínua da comunidade acadêmica. Espera-se que, assim sendo, continuemos o dever cívico de proporcionar a liberdade do acesso à história e memória de nossa gente, buscando um futuro melhor por meio da reflexão e celebração de conquistas.

Israel de Jesus Borges Almeida

Graduando em História pela UEMG

Pesquisador em História e Formação Social e Profissionalizante pela ESPRO-BH



Referencias:

BRASIL. LEI Nº 12.682, DE 9 DE JULHO DE 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12682.htm

COSTA, Emília Viotti da. 19 de Agosto: Dia do Historiador. UFPI, 2012. Disponível em: <https://www.ufpi.br/ultimas-noticias-ufpi/8949-19-de-agosto—dia-dohistoriador> Acesso em 05 de Junho de 2022

TEIXEIRA, Maria Inês. Os professores como sujeitos socioculturais, 1996. In: Ciclo de conferências da Constituinte Escolar, Caderno Temático nº 5, Valorização do (a) Trabalhador (a) em Educação. Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte, 2000.

Caminho para novos tempos

 Instituto Histórico de Pitangui- IHP foi fundado em 05 de abril de 1968 pela iniciativa do Promotor de Justiça da cidade à época, Dr. Laércio Rodrigues percebendo a precariedade do Arquivo Judiciário da Comarca e a necessidade da criação de uma entidade para cuidar dos documentos tricentenários que contam, não só a história da cidade, mas de toda a região Oeste de Minas- já que cerca de cinquenta municípios se originaram de Pitangui.

O Instituto Histórico de Pitangui- IHP é um dos mais importantes acervos históricos do interior de Minas Gerais pela riqueza, diversidade e volume, segundo a classificação documental, nos setores a seguir:

1. Setor Sacro, com peças de imaginária, tanto de manufatura erudita, como popular, paramentos, missais, oratórios, pedras d'ara, candelabros, ostensórios, etc.;
2. Setor Documental, que contém documentos de grande importância sobre a história de Pitangui e região, bem como arquivo camarista, livros eclesiásticos e o Arquivo Judiciário, contendo ações cíveis (testamentos, partilhas, inventários, ações de alma, ações de crédito, precatórios) e ações penais;
3. Biblioteca: contém livros da História do Brasil e de Minas, assim como volumes de literatura brasileira.
4. Hemeroteca: abriga muitos jornais antigos, entre eles O Município de Pitangui, Correio de Pitangui, O Independente e outros.
5. Acervo Fotográfico: fazem parte desse conjunto também fotografias antigas da cidade e da gente pitanguense.
6. Partituras Musicais: são inúmeras as partituras de músicos da região, sejam elas composições próprias ou reprodução de músicas de outros compositores. Estão eternizados nesse acervo: Joaquim Nunes de Carvalho (Quito Nunes), Antenor Theodoro de Mendonça, Francisco Theodoro de Mendonça, Ranulpho Nunes de Carvalho, entre outros. Encontram-se ainda composições (letra e música) de hinos de Pitangui.

A fatídica mudança do Instituto Histórico de Pitangui aconteceu em 2017. A sede ficava sobre o Banco do Brasil e, após haver um roubo na agência, um incêndio começou, embora sem maiores danos. Alguns documentos e imagens sacras precisaram de limpeza e não podiam ficar no mesmo lugar. Na nova sede, novas necessidades: o acervo foi colocado em um prédio histórico, no centro de Pitangui, tombado pelo IPHAN- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/IPHAN e Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais/ IEPHA-MG.



Parcerias foram firmadas e, no contexto da pandemia da Covid-19, mal que acomete a humanidade desde 2020. A primeira delas, por meio da Prefeitura Municipal de Pitangui, com a Lei Aldir Blanc, que possibilitou a realização de cinco vídeos sobre o Patrimônio Cultural e Histórico do Instituto e da cidade, como também a divulgação do acervo, já que a trajetória da cidade- a Sétima Vila do Ouro de Minas Gerais se confunde com as histórias guardadas no IHP- muitas ainda por ser desvendadas.

Em 2021/2022, uma emenda parlamentar foi proporcionada pelo Deputado Estadual Inácio Franco, possibilitando a aquisição de aparelhagens para a manutenção do Instituto Histórico de Pitangui-IHP, como dois scanners de torre para a digitalização da documentação.

No ano de 2022, outra parceria foi realizada, para se realizar o trabalho de digitalização: um termo de fomento entre a Prefeitura Municipal de Pitangui e o Instituto Histórico.

Um trabalho continuado, que vai ganhando novos contornos, mostrando que história e a memória do passado estão para fixar o presente e mostrar que o futuro ainda está para ser desvendado. Nossa história ainda é muito recente.

Ana Maria Nogueira Rezende

Historiadora, Doutoranda e Mestre em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável - UFMG
Especialista em Projetos Socioculturais



Um longo caminho a ser percorrido

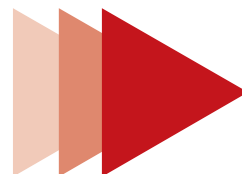
Há dois anos, durante a campanha para prefeito de nossa cidade, o Instituto Histórico de Pitangui (IHP) realizou, pela internet, uma pesquisa de opinião para captar o nível de conhecimento que os moradores da cidade têm em relação a temas como cultura e patrimônio histórico. Não foi um estudo com base nos rigores de uma pesquisa científica, que exige que se tenha uma amostra que reflita a exata extratificação social do universo a ser pesquisado, no caso, a população de Pitangui. Porém, trata-se de um estudo que indica alguns caminhos a serem seguidos. E algumas lacunas a serem preenchidas.

Uma delas é de que quase um terço (28,2%) dos que responderam ao questionário não sabem que o centro histórico de Pitangui foi tombado pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico (Iepha) em 2008. É preciso que a população seja informada disso. É preciso que, também, que a cidade tenha uma política pública voltada para o centro histórico de Pitangui, que está tornando-se cada vez mais, um imenso vazio. É preciso que se tenha ações que transformem o centro histórico de Pitangui em um território capaz de gerar receitas e empregos, como outras cidades já conseguiram fazer?



A mesma pesquisa revelou um desconhecimento em relação ao Conselho Municipal de Cultura e Patrimônio. Dos que responderam ao questionário, 46,2%, ou seja, quase a metade, não sabe da existência do Conselho, enquanto 70,5% não sabem quem seriam seus membros. O nível de desconhecimento foi ainda maior quando foi perguntado se a pessoa conhecia alguma decisão que tenha sido tomada pelo Conselho. Um número muito alto (82,1%) respondeu não conhecia qualquer decisão.

É importante destacar que a pesquisa foi feita no final da administração municipal anterior. Porém, como se tratou de uma pesquisa feita pelas redes sociais do IHP, é de se supor que quem respondeu ao questionário talvez já tivesse algum tipo de informação sobre o Conselho. Mas a pesquisa revelou que não tinha. Está aí mais uma lacuna a ser preenchida – a de se ter transparência em relação às decisões do Conselho Municipal de Cultura e Patrimônio. No site da Prefeitura não há informações sobre as atividades do Conselho e suas decisões.



Uma terceira lacuna a ser preenchida é a do próprio Instituto, que é desconhecido para 46,2% dos que responderam ao questionário. Um percentual ligeiramente superior à metade (53,8%) afirmou conhecer o Instituto e suas atividades. Foi solicitado que indicassem três dessas atividades. As duas mais citadas foram a preservação de acervo de documentos históricos e de imagens de arte sacra. Porém, apareceram respostas que não faziam parte do objeto de atuação do Instituto, como a preservação de prédios históricos e publicação de livros. As respostas indicam que também aí há um caminho a ser percorrido.

O IHP pediu aos pitanguienses que apontassem aquilo que consideram mais representativo do patrimônio cultural da cidade. Para 88,5% dos que responderam, seria uma igreja história. Foram também citadas a lira musical (60,3%), o artesanato (51,3%) e uma receita culinária tradicional da cidade (41%). A mesma pesquisa pediu que indicassem três iniciativas que seriam capazes de atrair turistas para a cidade. Em primeiro lugar foi citada a abertura do Museu de Arte Sacra do IHP (71,8%). Em seguida, o festival de comida de buteco (67,9%) e a realização de um festival de música local (64,1%).

Por fim, foi pedido que as pessoas citassem três projetos na área de cultura que fossem considerados relevantes para a cidade. Para 76,9% dos que responderam, Pitangui precisa de um projeto na área de música. Em seguida, vêm a mostra literária, considerada relevante para 73,18%, e a apresentação de peças de teatro, também citada por 64,1% dos participantes da pesquisa.

Como explicado no início, não se trata de uma pesquisa feita com o absoluto rigor científico. Porém, mesmo que não seja, trata-se de um documento relevante para quem atua com cultura e patrimônio. Os sinais a serem seguidos estão todos lá.

Nesse aspecto são muito claros. Basta querer enxergá-los.



Marcelo Freitas

Jornalista formado pela UFMG e mestre em Gestão de Cidades pela PUCMinas. Trabalhou nos jornais Diário do Comércio, O Tempo, Hoje em Dia e Estado de Minas. Foi assessor de Comunicação da UFMG e é autor do livro "A construção do tombamento", que conta a história do tombamento do centro histórico de Pitangui.

Como nasce a vontade de pesquisar genealogia?

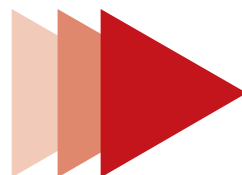
Mistura de sentimentos e memórias do presente para o passado

A importância do estudo de minha família mostrou que música é o elo que liga gerações.

Algumas das mais caras lembranças que tenho de minha infância são de uma viagem a Belo Horizonte para visitar tias e primos de minha mãe. Era ainda pequena e essas memórias pertencem a um passado que já ganha alguns tons amarelados do tempo, recordações da casa de parentes que mamãe abraçava calorosamente ao rever, das idosas tias-avós, cercadas de um sem-fim de primos e primas cujos nomes eu tinha dificuldade para recordar, tendo que recorrer a ela para isto. Uma coisa que ficou marcada foi sempre o calor, a alegria e a famosa hospitalidade mineira. Sinto muitas saudades daqueles tempos, e sempre tive vontade de saber mais sobre minhas raízes de lá, numa tentativa de resgate deste passado. Moro há mais de duas décadas fora do Brasil, com marido e filhos que não compartilham a minha experiência de ser brasileira nata, com uma grande família que se reúne para ruidosas celebrações. Eles me veem sentir muitas saudades, palavra única do idioma português e sem tradução em outros, e apoiam a minha pesquisa, que requer tempo e dedicação, remontando o quebra-cabeça de pessoas, datas e lugares – com idas e vindas- na história. É um cordão umbilical com as minhas origens.



Sou de Vila Velha, linda cidade costeira do Espírito Santo, situada caprichosamente ao Sul da Baía de Vitória. Ali também nasceu a minha mãe, filha de Julia Wagner de Barros, que possuía raízes familiares de mais de dois séculos na região de Campos dos Goytacazes, no norte fluminense, e do mineiro José Nunes Faria. Vovô morreu quando eu tinha seis anos e minhas lembranças dele são pontuais, pequenos lampejos de memória de eventos de família no sobrado em uma esquina movimentada no centro da cidade, a sua invejável coleção de LPs de música clássica meticulosamente organizada com direito a um display na parede da sala de estar, ele sentado à cabeceira da longa mesa, cercado de filhos e netos. A casa tinha a cadência melodiosa de pessoas transitando, da máquina de costura de vovó, o cheiro de café passando pelo coador de pano, e ele, em minhas memórias, sempre esteve ali, sentado à mesa, uma presença quieta e constante, no centro de tudo. Recordo-me claramente do dia em que ele morreu. Meu pai deu-me a notícia, minha mãe imersa em seu luto. Com o passar dos anos, o sobrado ficou muito grande e foi vendido. A família continuou a se desdobrar em novos ramos, uns mudaram-se para o outro lado da ponte, outros para lugares bem longe sendo eu mesma um deles, e tivemos também partidas para dolorosos “nunca



mais". A lembrança do meu avô seguia sempre presente e eu mantinha também uma forte memória afetiva de Minas, uma familiaridade difícil de explicar, no caso a uma pessoa que nunca morou lá. Sim, a palavra é de fato família - que liga o passado ao presente.

Eu sempre gostei de conversar sobre família. As histórias pelo lado de vovó eram centradas num lugar específico, Campos, que dada à proximidade pude visitar mais vezes. Campos fez parte da minha matriz de memórias familiares desde pequena. Pelo lado de vovô, eu ouvia os nomes de muitas cidades: Manhuaçu, Rio Branco, Pirapora, Paraopeba, Governador Valadares. Quando alguém me perguntava de onde eram os meus, a resposta era Campos e alguma destas outras cidades. Minha mãe, estando por perto, prontamente corrigia-me, dizendo "papai nasceu em Pitangui". Este nome não me soava tão familiar, e de fato minha pesquisa posterior mostrou-me que vovô saiu da cidade natal ainda menino, tendo morado em todas as outras cidades de que me recordava ter ouvido. Eu guardava estas histórias de maneira desordenada, mais uma coleção de nomes, eventos e "causos" avulsos. Faltava-me encontrar uma maneira de costurar tudo isto, trazer as pessoas e ligá-las aos fatos, ao tempo e aos lugares. Passei a guardar fotos que iam sendo digitalizadas, peguei o "livro do bebê" que minha mãe tão amorosamente fizera para anotar fatos importantes do meu crescimento, como o batizado, os primeiros passos. No meio deste livro há uma árvore: eu, meus pais, avós, e os nomes dos oito bisavós. Era um começo.

Cristóvam de Faria e Beralda Nunes eram dois destes bisavós. Sobre ele, ouvi que era jornalista. Ela, musicista talentosa. Juntos, tiveram uma impressionante prole de vinte e quatro filhos, muitos não tendo chegado à idade adulta, o que era tristemente comum à época. Em um caderno mantido por Djanira, que chamávamos de Tia Deja, uma das filhas mais novas, encontrei a informação preciosa das datas e locais de nascimento de ambos: ele em 1867, ela em 1872, ambos em Pitangui. Os nomes de filhos, netos, bisnetos. Leônidas, o primeiro filho chegou quando Beralda acabara de completar quinze anos, no final de 1887. Os seguintes chegaram em sequência rápida, o meu avô já no século seguinte, em 11 de outubro de 1902, poucas semanas antes do falecimento do seu avô materno, o Major José Nunes de Carvalho, que além de patente da Guarda Nacional também detinha o título de Maestro, um dos patriarcas da família que é ligado à tradição musical da cidade. As notas do caderno marcam que a última filha nascida em Pitangui foi Dinorah, em 1904, depois vieram mais quatro na cidade de Paraopeba.

Christóvam era agora empregado da empresa têxtil Cedro dos irmãos Mascarenhas e editava o periódico local. Ali casou-se Cecy, a mais velha dentre as filhas; o filho mais velho voltou à terra natal e trocou votos com uma conterrânea na Matriz de Nossa Senhora do Pilar, quatro anos antes das labaredas que levaram para os céus as fagulhas e fragmentos de imagens, pinturas, o belo altar e fileiras de genuflexórios da bicentenária igreja, além dos livros que documentavam os nascimentos, matrimônios e óbitos de pitanguienses, delineando os complexos entrelaçamentos entre as famílias da cidade. Poucos anos depois se mudaram

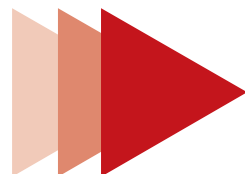
todos para Pirapora, onde os netos começavam a chegar intercalados com o nascimento das filhas mais novas. Meu bisavô continuou com o seu compromisso com o jornalismo, que nunca havia parado, tendo ele fundado ou colaborado em diversos periódicos como O Pitangui, O Curvellano e A Gazeta de Paraopeba, além de trabalhar como guarda-livros no recém-emancipado município.

O casal continuava ativo na vida artística de todos os lugares por onde passava. Além de formar banda de música, atuava em montagens teatrais de autoria dos irmãos Azevedo, parentes de Christóvam, e sediavam clubes literários em sua residência. Este compromisso os seguia por onde iam, Beralda Nunes trazia em seu DNA a musicalidade de sua família paterna e nutria esta tradição em seus filhos. A última mudança veio no final da década de 1920, quando se estabeleceram no Bairro Floresta em Belo Horizonte. A década de 1930 viu os casamentos dos filhos mais jovens, a entrada da década seguinte foi marcada com a despedida de Christóvam de Faria aos 67 anos. Beralda, carinhosamente apelidada de Dona Lalá, foi-se onze anos depois, após ver o mundo entrar e sair de outra Grande Guerra, quando o filho José já morava no Espírito Santo com oito de seus filhos.

A história que eu sabia, da tradição oral da família, auxiliada pelas preciosas notas de Djanira acabava aí, e eu queria saber mais. Buscas em plataformas online e o contato inicial com o Instituto Histórico de Pitangui (IHP), que sempre generosamente me ajudou a localizar registros daquela cidade que eu não conhecia, foram fundamentais para o início do meu percurso pela história familiar em um período que precedia as memórias que haviam chegado até mim. Logo, localizei a biografia sobre a história da cidade desde a fundação da vila até a atualidade, passando pelo notável episódio da invasão do fórum em 1896, quando encontrei as minhas duas famílias, os Nunes e os Faria, profundamente envolvidas e, para minha surpresa, em lados opostos do aguerrido cenário político local.

Uma figura central neste episódio era a do Major José Nunes de Carvalho, que à época, já se encontrava idoso e com saúde em declínio, mas que nem por isso deixou de tomar parte na ocupação do fórum, e que após a absolvição posou juntamente com correligionários para uma emblemática e amplamente reproduzida fotografia, que segundo Sílvio Gabriel Diniz em sua obra O Gonçalvismo em Pitangui, era guardada tanto nas casas dos apoiadores da causa gonçalvista, como nas de seus adversários vasquistas.

A pesquisa sobre a família Nunes foi em grande parte realizada no Instituto Histórico de Pitangui- (IHP), onde pude consultar inventários e testamentos que me trouxeram valiosa informação a respeito desta linha de ancestrais. O Major José Nunes nasceu na cidade à época em que o Brasil tornava-se independente, em 1822. Seu pai, de quem recebeu o mesmo nome, já morava em Pitangui há algum tempo, tinha a patente de tenente, regia a banda militar e era casado com D. Mariana Domitila França, filha do cirurgião-mór francês, conhecido como Dr. Pedro Lathaliza França, morador de Mateus Leme, que atendia em freguesias



próximas e distantes, incluindo D. Joaquina do Pompéu, proprietária de vastas fazendas de criação de gado e importante figura na história regional.

Os inventários do primeiro José Nunes e de D. Mariana, que pude consultar, ofereceram-me um olhar único sobre a maneira como vivia a família naqueles primeiros anos do Brasil Império, e a análise de documentos posteriores, como o inventário do seu filho José, forneceu a ideia de como a família vivia quando o Brasil se tornou República. Na inexistência dos livros eclesiásticos perdidos no incêndio da Matriz, é imprescindível o rico acervo de inventários de testamentos para preencher as lacunas de nomes e datas. Tais documentos também servem como uma cápsula do tempo, onde podemos verificar as posses, os haveres que a família tinha com agentes comerciais e outros moradores, pois estas informações são também muito valiosas para contextualizar a família dentro da comunidade em outra época.

Outra descoberta interessante que fazemos com esta pesquisa mais aprofundada são os nossos outros nomes. Aqueles que nunca tínhamos escutado falar, aqueles que ficaram ocultos em linhas maternas, mas que não obstante são nossos e fazem parte desta história. Descobri que tenho entre meus ancestrais representantes de outras famílias de longa história em Pitangui, como os Xavier Rabelo, os Pereira da Fonseca, os Corgozinho. Não pude ainda me aprofundar muito nestas frentes genealógicas, o que requer novas visitas aos IHP, mas já pude constatar que alguns destes parentes aparecem em listas eleitorais, cartorários e até em Ações de Almas, o que certamente trará interessantes aportes à história familiar.

Nos duzentos anos de independência do Brasil reflito sobre a história do país como a minha família atravessou tantos eventos importantes, saindo do período colonial para a vida em um império e mais adiante uma república, movimentos de retração e expansão democrática, revoluções na indústria, comunicações e como isto tudo alterou o passo da vida na antiga Sétima Vila do Ouro de Minas Gerais. Em meio a tantas mudanças, o que parece ser constante é a dedicação da família à música. Começando com o Tenente José Nunes de Carvalho, que chegou à Vila no princípio do século XIX e foi um dos pioneiros da música na cidade.

Seus filhos José e Joaquim, e seus muitos netos viriam a organizar bandas musicais que ecoavam na nave da igreja-matriz e alegravam as ruas e coretos da cidade. Esta tradição sobreviveu por muito tempo após os falecimentos dos Nunes mais velhos, incluindo-se aí o grande Maestro Quito Nunes que faleceu com idade quase centenária em 1950. O meu ramo familiar, não obstante a distância, também cultivava o amor à música. Beralda Nunes, com a sua voz, seu piano e sua viola, tratou de deixar impressos nos seus filhos e netos o amor pela música e pelas artes. Temos na família ainda hoje professoras que atuaram no Conservatório de Belo Horizonte, e uma nova geração de descendentes, duzentos anos após o nascimento do Maestro José Nunes de Carvalho, ainda leva música para salões em Minas e no exterior, como seu trineto Bruno Faria, flautista com a Swedish Soundpainting Orchestra em Malmö na Suécia.

Fontes documentais para uma história da educação em Pitangui

Há dez anos me dedico a pesquisas sobre a educação em Minas Gerais com ênfase nas primeiras décadas da República brasileira. Para tal venho me debruçando sobre a produção historiográfica deste relevante tema, além de consultas a diversos arquivos documentais, dentre eles, o arquivo do Instituto Histórico de Pitangui (IHP), do qual sou associado – tendo também, exercido a

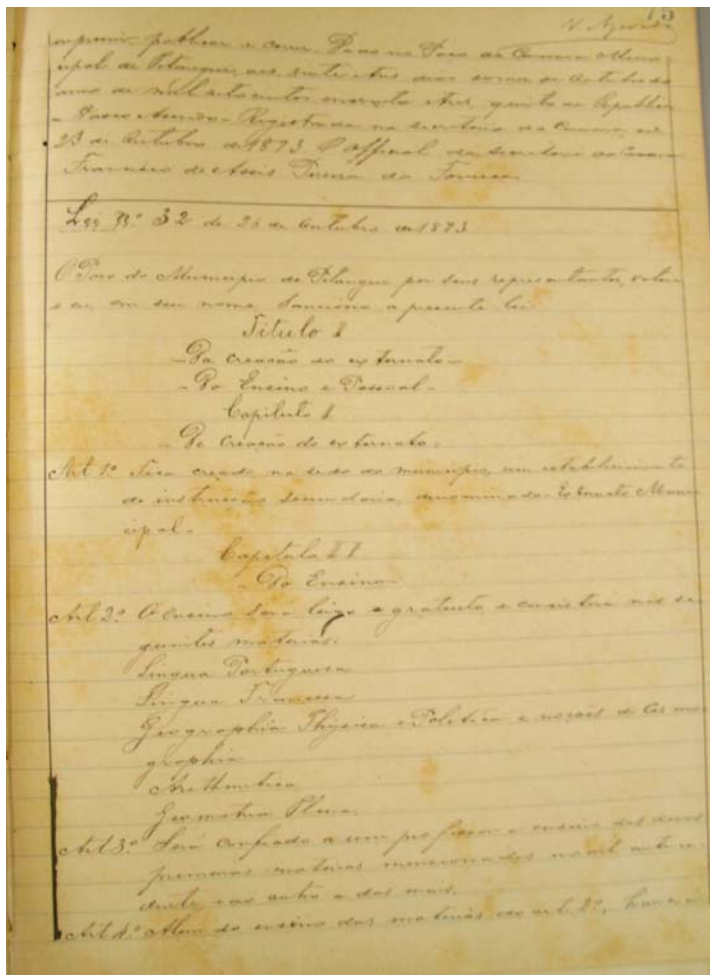
presidência desta instituição – pois, tenho este município como referência para minhas pesquisas, que resultaram em uma dissertação de Mestrado intitulada “Município, tradição e modernidade: a instrução primária e os limites do projeto hegemônico republicano em Minas Gerais (1892-1907)” e alguns artigos publicados em revistas acadêmicas.

Aqui, não pretendo abordar os resultados de minha pesquisa – porém, farei referência a ela no decorrer deste artigo sempre que necessário -, mas apresentar algumas fontes documentais que analisei a partir do acervo do IHP, que foram determinantes para o desenvolvimento de meus trabalhos como pesquisador.

Sabemos que os processos educativos não se restringem apenas ao espaço escolar, mas, também sabemos que a

escola é o espaço privilegiado da educação formal. Neste sentido, o campo da História da Educação oferece as mais variadas abordagens que problematizam a educação como objeto da História.

Em minha pesquisa, busquei problematizar o projeto republicano de organização da instrução primária em Minas Gerais nas primeiras décadas da Primeira República (1889-1930) estabelecendo um recorte temporal entre o ano de 1892, quando,



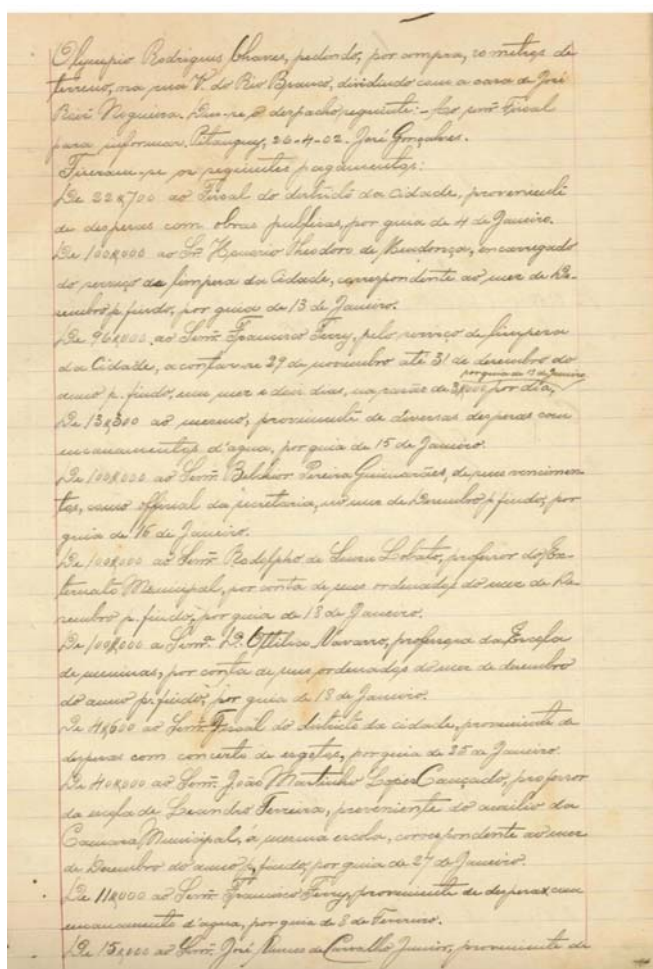
em três de agosto era sancionada a Lei nº 41, que “dava nova organização à instrução pública do Estado de Minas Gerais” (GONÇALVES, 2010) e 1907, ano da instalação, em Pitangui, do “Grupo Escolar Francisca Botelho”, resultado da reforma promovida pelo então Presidente da província, João Pinheiro, em 1906.

Feitas estas considerações iniciais apresentarei, a seguir, alguns documentos do acervo do Instituto Histórico de Pitangui, que foram de suma importância para o desenvolvimento de minha pesquisa.

Em uma pesquisa, além do aporte teórico e consultas à historiografia, o trabalho com documentos diversos sobre o tema amplia os horizontes e permite o aprofundamento da abordagem proposta pelo pesquisador.

Neste sentido, explorei no arquivo pitanguiense documentos, como os registros em livros da Câmara Municipal local, que permitiram a identificação dos esforços das edificações em dar ordem a instrução pública municipal, seguindo as determinações estabelecidas pelo governo provincial naqueles primeiros anos do período republicano brasileiro, como pude constatar consultando o “Livro Primeiro de Registros de Leis de 1892-1895”, sancionadas pelo então “Agente do Executivo” Vasco de Azevedo.

Neste livro encontra-se um conjunto de Leis Municipais que dão ordem à organização da instrução pública no município de Pitangui, como, por exemplo a “Lei nº 10, de 22 de outubro de 1892, que apresenta o estatuto do município e, em seu parágrafo segundo define as atribuições da Câmara Municipal na organização da instrução pública. Ali, também encontramos lavrada a “Lei Municipal nº 32, de 1893, que cria o externato Municipal. Sobre esta Lei discorrerei um pouco mais a seguir devido à sua complexidade e abrangência.



O texto da Lei, manuscrito, é apresentado a partir da folha 75 até a folha 88 do referido livro, onde, em seus capítulos são estabelecidos a criação do Externato Municipal; a criação dos cargos de Inspetor Escolar, porteiro e professores; além do regimento escolar com suas regras disciplinares. Por fim a Lei apresenta as “Disposições diversas e transitórias”, como, também, uma tabela de remuneração dos funcionários do Externato Municipal.

Em outros livros da Câmara Municipal, presentes no acervo do IHP, encontramos registros de nomeações de professores e professoras, liberação de verbas para a reforma e construção de escolas nos então distritos de Pitangui, dentre outras determinações.

É importante registrar aqui, para o melhor entendimento do leitor, que o início do período republicano no Brasil foi marcado fortemente por ações de caráter federalista, que visavam à adoção de medidas descentralizadoras, no intuito de dar um aspecto liberal modernizante ao recém-instalado regime político. A descentralização política era, também, defendida por setores das elites regionais e se refletirá na nova organização política das províncias, inclusive, no que diz respeito à organização da instrução pública. Este debate ganhou força na Assembleia Constituinte estadual instalada em Minas Gerais em 1891. O resultado foi a promulgação de uma Constituição Estadual, marcada pelo forte caráter federalista, que transferiu para os municípios a responsabilidade de dar nova ordem à instrução pública primária.

Outra importante fonte documental por nós consultada foram os jornais locais publicados entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX. Neles encontramos diversas matérias que tratavam da questão da organização da instrução pública no município. Por meio desses periódicos podemos perceber como os grupos políticos locais se manifestavam diante dos temas relacionados à organização da educação em nível local.

Gostaria de registrar aqui, que a referida pesquisa teve início quando o acervo do IHP ainda se encontrava abrigado no terceiro andar do prédio do Banco do Brasil, antes do fatídico incêndio iniciado por explosões de dinamites no interior da agência, que por milagre não devorou todo o acervo documental.

Por fim, conclamo à comunidade em geral a valorizar e ajudar o Instituto Histórico de Pitangui em seu esforço para manter viva a história, não só de Pitangui, como do Brasil, por meio da conservação de tão valioso acervo documental, que permitirá novas e importantes pesquisas, necessárias e urgentes. Nunca é demais lembrar: decifrar o passado nos permite uma melhor compreensão do presente.

Licínio de Sousa e Silva Filho
Professor de História
Mestre em Educação pela UFV
Ex-presidente do Instituto Histórico de Pitangui



Ações de Alma no Pitangui Colonial & Imperial

No arquivo de Pitangui na série ações cíveis, há um expressivo número de mais de 1.100 processos sumários de ações de Alma entre o período de 1720 a 1851 que estão sob a guarda, proteção e conservação permanente do IHP – Instituto Histórico de Pitangui. As ações de Alma ou juramento d’Alma eram processos sumários promovidos na alçada da Câmara da Vila de Pitangui entre os séculos XVIII e XIX, ajuizados para a solução de pendências entre credores e devedores. Para resolver empecilhos econômicos e comerciais, moradores de diversas camadas sociais da vila buscaram no seu cotidiano estratégias jurídicas para ajudar nas práticas creditícias que foram baseadas na confiança da palavra empenhada, que poderia ser apenas oral ou em bilhetes, como uma espécie de moeda de financiamento do consumo. Essas modalidades se distinguiram em face da ausência ou escassez de moeda como meio circulante em operações comerciais. O crédito era considerado uma forma de reciprocidade e, portanto, era necessário fazer acordos, cujo embate na falta de compromisso para pagamentos de dívidas, se resolvia nas cobranças judiciais por meio das ações de Alma.

Ao longo da centúria e até primeira metade do século XIX, os moradores da vila de Pitangui e seu termo recorreram a uma estratégia jurídica comum que muitos usavam nas negociações comerciais e prestação de serviços ;. o juramento d’alma ;. que era uma prática legal prevista no direito consuetudinário português, incluída nas Ordenações Filipinas (1603), e amparada nas Primeiras Constituições do Arcebispado da Bahia (1707). Essa prática tornou-se um importante meio para pessoas de diferentes classes socioeconômicas acessarem o crédito. Isso destaca a estreita associação entre relações econômicas, costumes e moral religiosa cristã em diferentes regiões do Império Português.

A ação de juramento d’alma era o processo mais fácil e rápido de deliberar. Procedia-se da seguinte forma: o autor pedia ao juiz em sua petição para que o réu fosse citado para comparecer na primeira audiência para jurar ou ver jurar se era devedor ao autor a quantia pedida com a cominação de, não comparecendo à audiência ou se recusando a prestar juramento, seria condenado à sua revelia. Assim, pois, acusada a ação e o réu não tendo comparecido à primeira audiência, seria esperado na segunda audiência aprazada e o autor tornaria a acusar ação e o juiz mandaria anunciar o réu novamente. Comparecendo o réu à audiência, se lhe deferia o juramento sobre o livro sagrado dos Evangelhos e por esse se lhe decidiria a Ação, porém, não comparecendo, seria concedido pelo juiz o juramento ao autor, e por este, seria condenado o réu. Essa ação só poderia ser utilizada pelas próprias partes, pois somente elas tinham conhecimento. Se o fato em questão fosse de ambas as partes, nenhuma delas poderia ser dispensada de prestar juramento. Se uma parte se recusasse a jurar ou era considerada culpada de perjúrio, ela seria punida com confissão.

Entretanto, algumas vozes na igreja alertaram que o juramento era muito frágil para ser confiável, porque embora às vezes pudesse obter a verdade, também poderia encorajar ao perjúrio, podendo redimir-se pela confissão. Em uma sociedade onde a palavra de uma pessoa era usada como moeda e perder o prestígio poderia causar grandes repercussões na obtenção de crédito o qual não podia esperar pela salvação, mas a alma ainda poderia ser redimida do inferno.

As ações de Alma deram voz às almas na vila de Pitangui e seu termo. Além de ganhar importância social, permitiram também, que a minoria menos abastada, empenhasse sua palavra e tivesse acessibilidade à Justiça local. Não só os poderosos senhores de terras, padres, Guardas-mores, Capitães, Coronéis, Doutores, Irmandades, donos de lojas, comerciantes de grosso trato podiam ir à Justiça e reivindicar seus direitos, mas também pessoas modestas, como pedreiros, sapateiros, padeiros, carnicheiros, lavadeiras, boticários, ferreiros, fiandeiras, escravos alforriados entre muitos outros.

Em 1723 Michael da Cruz, autor, entra com uma ação de Alma contra José da Fonseca Mascarenhas. Citado o réu, compareceu em audiência e reconheceu sua dívida, assinando um “devo que pagarei” no valor de 33 oitavas de ouro, procedidas de compras de fazenda. O juiz concedeu os dez dias previstos na lei para o réu se defender, mas foi condenado por não se pronunciar.

Em 24 de setembro de 1751, João Vieira Fernandes, autor, entra com uma “ação de Alma” contra Ana Maria de Jesus, preta forra, ré, para lhe cobrar a quantia de onze oitavas e três quartos de ouro que lhe devia.

Em 16 de fevereiro de 1753 José Cabo Verde, preto forro, autor, entrou com o processo de ação de Alma contra Rosa Maria Velloso, preta forra, ré, cobrando “duas oitavas e meia de ouro procedidas de efeitos de sua venda”

Em 1766 a Irmandade do Santíssimo Sacramento, autora, entrou com processo de ação de Alma contra o Guarda-mor Antônio Forte de Magalhães, réu, cobrando 30 oitavas e 4 vinténs de ouro, procedidos de Irmãos de Mesa.

Em 1788 Manoel Gonçalves Mascarenhas, autor, entrou contra Manoel Antônio de Aguiar, réu. Citado, o réu assinou o “devo que pagarei”, em primeiro de abril de 1778, confessando o débito de “trinta e quatro oitavas e meia de ouro, decorrentes de jornadas de um negro, em um ano e onze meses, a doze vinténs por semana”. O documento foi assinado, a rogo, com o sinal do devedor, uma cruz, por Tomás Dias Pereira, servindo também como testemunha.

Em 1808 o Padre Pedro Gonçalves Pereira, autor, entrou contra Manoel Gonçalves Mascarenhas, réu. Citado o réu em 20 de julho de 1808, compareceu perante o Juiz de Paz e confessou a dívida de “cinco oitavas e três vinténs de ouro”, referente a oito libras de cera e custas, tendo assinado em 23 do mesmo mês e ano o competente “devo que pagarei”.



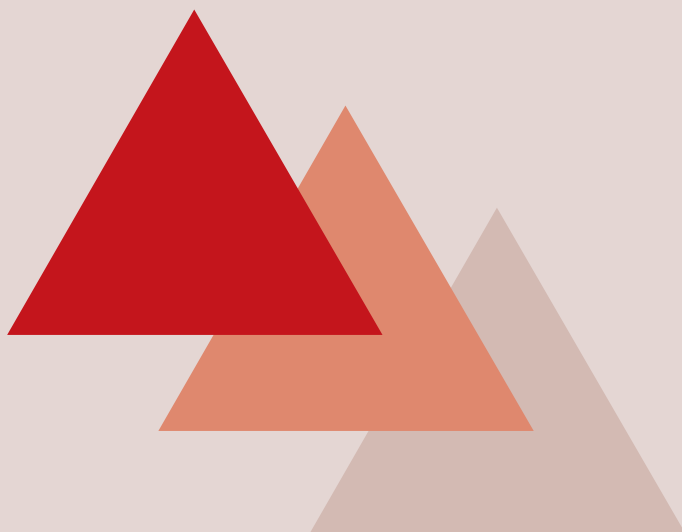
Cláudia Coimbra do Espírito Santo, pioneira nos estudos sobre ações de Alma em Vila Rica setecentista, elenca uma interessante análise sobre dois quadros que se encontram em Ouro Preto, no Museu da Inconfidência. A autora ressalta que essas pinturas ilustram os códigos morais vigentes na época colonial: “Morte do Justo e Morte do Pecador”.

O primeiro quadro mostra o justo que segura o crucifixo e que, depois de abrir mão de todos os seus bens materiais, é acolhido pelo padre. Ele morre calmamente, sabendo que irá para o Paraíso. O diabo, ao lado esquerdo da tela, tenta lutar com ele, mas perde outra alma. A pintura mostra os médicos e anjos sentindo pena do homem bom e orando por ele. Seu destino é uma boa morte. O segundo quadro mostra o espelho segurado pelo diabo que reflete uma bela jovem (a vaidade), enquanto a morte do pecador é ilustrada pelo corpo de uma mulher na cama. Ao redor da cama, várias criaturas infernais observam as ricas colchas. No Juízo Final, a mulher recusa ajuda e vira o rosto para longe do crucifixo. Sua mão à esquerda parece estar alcançando os sacos que parecem estar cheios de moedas. A pecadora se acostumou com a riqueza e a usura, e não acredita que possa ser salva.

Durante todo o período colonial e imperial, a Câmara de Pitangui serviu como intermediária entre a Coroa e as aspirações do povo na esfera local e em toda a sua diversidade. A análise dos documentos dos séculos XVIII e XIX no Arquivo de Pitangui fornece uma perspectiva rica sobre a prática do crédito na região e o poder da palavra empenhada a partir do cotidiano da sociedade da vila de Pitangui e seu termo. Em suma, no contexto dos moradores da Vila de Pitangui, palavra e honra em vida e após a morte eram as principais categorias que norteavam as relações recíprocas.

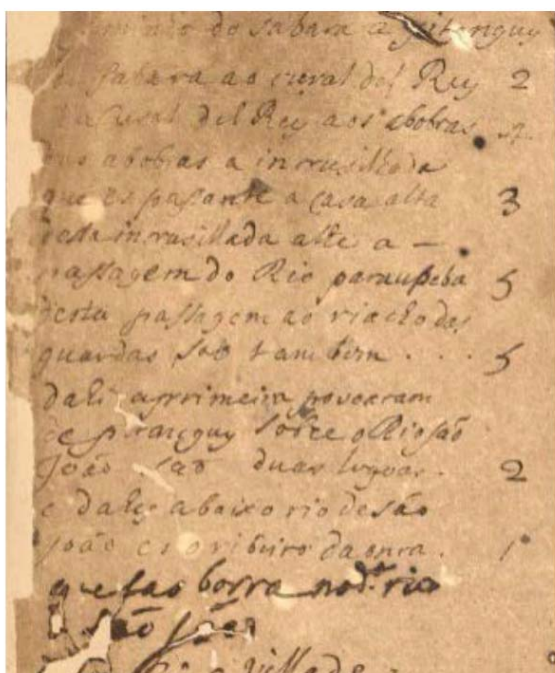
Charles Aquino

Historiador e voluntário do Instituto Histórico de Pitangui-IHP



A capela de Santo Antônio do Posto dos Guardas e a Fazenda dos Guardas na Estrada Real Pará de Minas/Onça/Pitangui)

Distante duas léguas de Pitangui, às margens do rio São João (Acima) a administração portuguesa instalou em 1711, no caminho para Vila Rica, uma Guarda Militar, comandada por um oficial inferior e alguns soldados. A finalidade era impedir a saída do ouro, sem reter o “quinto real”. Sem a cobrança do imposto, esse ouro, além de ser usado para a compra de gado, também era desviado para a Bahia.

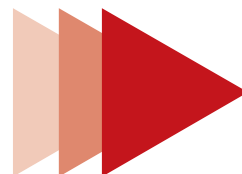


Trechoda Estrada Real
<https://bndigital.bn.gov.br>

Diogo da Costa Fonseca, morador desde 1703, ‘com criação de gado vacuum e as mais costumadas’, num total de seis léguas foi o escolhido para ocupar o cargo de oficial da Fazenda Real do referido posto (RAPM, 1897). Para regularizar suas terras, em 09.11.1718, ele fez petição ao Conde de Assumar, pois ‘queria povoar outro sítio sucessivo ao que tem povoado’, recebendo outra sesmaria de ‘4 léguas de terras, entrando nela o que já tem com gado (...) para a parte da Vila[de Pitangui] (...) correndo pela estrada adiante para a parte da passagem da Paraopeba ao Ribeiro das Lajes (...) fazendo pião na estrada (APM, S.C. Códice 12:11).

As terras do comandante do posto de guarda eram, portanto, cortadas pela

Estrada Real, oficializada desde quando o Conde de Assumar despacha ordem ao sargento-mor João Ferreira dos Santos e ao Capitão Francisco Duarte Meireles ‘para seguirem pelo caminho que vai para os currais começando da encruzilhada que vai para o engenho do Cel. José Correia de Miranda [Fazenda da Cachoeira no Patafufu (Pará de Minas)] até o “Monteiro” [Vila de Pitangui], fazendo pontes, atalhando as voltas, como for possível’(...) (Códice do Conde de Assumar, RAPM, 1933, p. 462). Monteiro é referência do Conde a José de Campos Bicudo, filho do Campos Bicudo Banderborg e Inês Monteiro, falecida em 1701, irmã de José Rodrigues Betim, sobrinhos de Fernão Dias Pais.



Passava a Curral del Rey 2 leguas, de Curral del Rey as Abobras 4 leguas, das Abobras as encruzilhadas que passava a Casa Alta [Paragem da Restinga] 3 leguas, **desta incruzilhada ao Riacho das Guardas** são tão bem 5 leguas, dahi a primeira povoação de Pitangui sobre o Rio São João são 2 leguas (...) (Paleografia e grifo da autora) **(Região de Minas Gerais com uma parte do caminho de São Paulo e Rio de Janeiro para as minas e dos afluentes terminais do São Francisco).**

Em 1718, eclodindo um motim em Pitangui, o oficial Diogo da Costa Fonseca no seu dever de vigia, recebe ordens do Conde de Assumar para garantir a entrada do Brigadeiro João Lobo de Macedo à vila, mas, foi assassinado por Domingos Rodrigues do Prado, o chefe do motim (...) (APM-SG Códice 11; 54 v. 109 e 114 e Códice 38 D. F.). Depois dessa morte, as duas sesmarias do oficial com todas as suas benfeitorias foram levadas a leilão em Sabará, com ordem do Conde que não fossem vendidas a nenhum paulista, mas, sim a reinóis fieis ao Rei, cujos arrematantes repassaram essas terras, lucrando com o arrendamento. Em 1738, uma Carta Régia, ordenando o registro em sesmaria de toda terra arrendada na Capitania de Minas, tornou possível saber, através das petições, quais eram os moradores do "sítio dos Guardas". Nessa data, Francisco Ribeiro do Couto, foi o primeiro a receber a confirmação de suas terras, como capitão do posto e proprietário da Fazenda dos Guardas, por compra de uma légua e meia de terras a José de Araújo Ferraz, no leilão de Sabará (Fazenda Soledade (Azurita), Livro 1º. de Testamento, 1838-1877-Mateus Leme).

Luiz Gomes da Mota possuía em 1742, datas e águas minerais no ribeirão dos Guardas, obtendo carta de sesmaria dessas posses em 03.11.1756. Usando



Capela-forte. Período "embenha", S. João del Rei. (Desenho de A. Norfial. Cel. do Museu Histórico)



Xilogravura, Santo Antônio de Lisboa: Militar no Brasil Soares/1942

seus vizinhos

como seus testamenteiros, declara que foi 'casado com Inês Ferreira, [inventariada por ele em 1742, (IHP, CX 003/007)] da qual houve dois filhos, uma por nome Tereza Ferreira da Silva e outro por nome Braz Gomes da Mota, os quais são meus herdeiros forçados (...); a dita minha filha é moradora ao pé de São Gonçalo do Amarante (...); meu filho foi para as partes do sertão e agora de presente corre a notícia que é falecido' (...). (Casa de Borba Gato, Sabará, 1756 – L 11(20). Fl. 76v-80).

O Capitão Francisco Pedroso de Almeida, em 1743, vendia no ribeirão dos Guardas uma roça à Gervásio Gonçalves Pereira, declarando que o 'sítio [dos

Guardas] foi o primeiro estabelecido no descobrimento das minas desta Vila[de Pitangui]' (IHP[AJP] -IV, 557-1743; p.06).

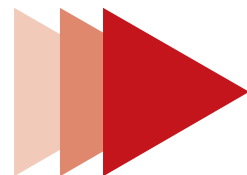
Com as construções das casas-fortes (casa da moeda), a elas se anexaram capelas como a de São João del Rei (ao lado, desenho de Notini, 1875). Em Pitangui, em 20.06.1745, uma capela[-forte] foi anexada ao posto dos Guardas, autorizada pelo vigário da vara dr. Lourenço José de Queiroz Coimbra Vasconcelos, 'investido dos poderes precisos da diocese para governar a Comarca do rio das Velhas até à entrada do bispo D. Manoel da Cruz, em Mariana' que emitiu provisão para a capela dos Guardas na 'Paragem de São João Acima, filial de Pitangui, em 06.04.1754' (AEAM, Livro de Provisões, nº538). O orago escolhido para a capela do Posto dos Guardas foi Santo Antônio, uma devoção de Portugal que transformou o santo em "capitão" no Regimento Regular de Cavalaria. O santo português nunca teve carreira militar, mas, mesmo depois de morto recebeu patente lá no Reino, o que se estendeu para o Brasil. Nas suas festas, na Bahia, sua imagem era vestida com todas as suas insígnias militares: chapéu e galão identificadores de seu posto na armada, espada na cintura, bastão de comando e bengala de autoridade (Soares, 1942). O oficial do cargo de capitão-mor na Guarda em Pitangui correspondia ao do comandante da Companhia de Ordenanças, parte da Milícia dos Dragões de Minas Gerais.



Capela trasladada para junto da Fazenda dos Guardas (Povoado dos Guardas. Igreja concluída em 1831)

O Capitão Inácio de Oliveira Campos casado com Joaquina [de Pompéu] de Abreu Castelo Branco Silva foi um dos moradores na Fazenda dos Guardas, residindo ali enquanto oficial daquele posto. Com a enfermidade do capitão, o casal se muda para o Pompéu Velho. Em 1784, Ana Maria Xavier Pinto da Silva, viúva do Doutor Antônio Fortes, movia uma ação de embargo contra eles, os compradores da fazenda a seu filho José Manuel Teotônio Abílio (IHP[AJP], VI, 162-1784).

Às vésperas da Independência do Brasil, encontrava-se residindo na Fazenda dos Guardas, o Desembargador José Teixeira da Fonseca de Vasconcelos que seria o primeiro presidente da província de Minas Gerais, de 29.02.1824-17.12.1827. Era casado com Maria Tereza de Jesus, descendente dos Mota. Seu pai, José Teixeira de Carvalho casou-se com Josefa Rodrigues da Fonseca. Era, portanto, neto materno do alferes Antônio Rodrigues da Fonseca, natural de Santiago Dantas, Portugal, e de Maria Ribeiro de Campos Bicudo; quarto neto de Felipe de Campos *Brandenburg* (Banderborg), patriarca da família Campos em São Paulo; descendente de um Campos Bicudo, primo dos Rodrigues Velho de Pitangui. (...) (Editorial, Correio da Manhã, Domingo, 28.04.1963).



Em documento do Instituto Histórico de Pitangui, encontra-se a titulação do Desembargador:

Professo na Ordem de Nosso Senhor Jesus Cristo Cavaleiro de N.Sra. da Conceição do Desembargo de Sua Alteza Real e Desembargador da Relação da Cidade da Bahia, Ouvidor Geral e Corregedor da Comarca do Rio das Velhas, Provedor dos Bens e Fazendas dos Defuntos e Ausentes Capelas e Resíduos, Superintendente das Terras e Águas minerais, Juiz dos Feitos e Agravos da Coroa e das Justificações Ultramarinas Provedor dos Órfãos e mais cargos anexos (IHP[AJP]-VII, 1822, p.235).

Em 1821, o desembargador José Teixeira da Fonseca de Vasconcelos hospeda na Fazenda dos Guardas, Sua Eminência D. José da Santíssima Trindade, onde o bispo recebe um pedido dos fregueses da capela de Santo Antônio do Posto Militar que 'distava 3 léguas do "povoado dos Guardas" (Jornal Universal, 1831). As providências são tomadas e o bispo encaminha ao rei a cópia do pedido dos moradores com o parecer do pároco:

A Sua Alteza Real – 1821 Senhor. Manda Vossa Alteza pelo régio Tribunal da Mesa da Consciência e Ordens, em data de 24.07.1821 que eu informe ao requerimento dos moradores aplicados à capela de Santo Antônio, filial da matriz da vila de Pitangui (...) para lugar mais cômodo aos mesmos povos(...). **(...) é parecer razoável à súplica dos povos [pois] a capela existente (...) mais é particular, do que pública. (...).** Mariana 18.07.1821.

(...). Para a [construção da nova] capela de Santo Antônio da freguesia da Vila Nova do Infante de Pitangui, Dom Frei José entregou ao capelão "50\$000 como adjutório. (...). Alguns fazendeiros contribuíram com subscrições, "que tudo chegou a 600\$000, porém, no ano de 1824, não constava de alguma reedificação. (Trindade, 1998)



Teto da capela traslada
(Manoel da Costa Ataíde)



Altar. No alto Santo Antônio original
(Fotos cedidas pela Museóloga e Analista de Cultura Ana Maria de Oliveira Campos)

Depois da Independência, em 1824, residiram na Fazenda dos Guardas, famílias que pertenciam à linhagem de Duque de Caxias, como o Tenente-coronel José Luiz Álvares e Silva casado com Maria Carolina Álvares da Silva e o capitão

Martinho Álvares da Silva casado com Isabel Jacinta de Oliveira Campos, filha de “Joaquina do Pompeu”.

Martinho Álvares da Silva era neto de Manoel Francisco Alves (II) e Custódia Francisca da Silva, bisneto do Alferes da Marinha Portuguesa Manoel Francisco Alves (I), casado com Maria Tereza de Lima (II), filha do Sargento-mor de Infantaria João Gonçalves de Lima e Silva. Este sargento-mor era irmão do Marechal de Campo José Joaquim de Lima e Silva (*1746-1821), casado com Joana Maria da Fonseca e Costa, avós de Luiz de Lima e Silva, o Duque de Caxias.

Em 18.01.1844, Martinho Álvares da Silva, residindo na fazenda dos Guardas como Tenente Coronel Capitão da 5ª. Companhia sediada na Guarda de Pitangui, hospedou o francês Francis Castelnau, que escreveu:

a 18 (dia) como fizesse bom tempo, correu muito agradável a viagem de três léguas, até chegarmos à hospitaleira fazenda das Guardas, para a qual tínhamos carta de apresentação. Fomos nela muito bem recebidos, tendo ainda o prazer de encontrar alguns livros franceses entre os quais as obras de Villemain. O filho do fazendeiro era médico e não lhe faltava instrução. [...] A 19 deixamos pesarosos a família que nos recebera com tanta amabilidade, alcançando o arraial da Onça, após um trajeto de três léguas em caminho pedregoso (Castelnau, 1949).

Em 1875, ocorre na capela de Santo Antônio dos Guardas [curato da Onça e freguesia de Pitangui] o casamento de João Francisco Alves “Contagem” com sua sobrinha Maria Isabel de Abreu e Silva (ou Maria Isabel de Oliveira e Silva (Livro de Testamento, Bonfim, 1875:234). Ele era bisneto do português João Gonçalves de Lima e Silva, natural de Lagos, no Algarve, casado com Maria Tereza (I), irmão mais velho do Duque de Caxias (Souza, 2008).

Maria da Graça Menezes Mourão

Historiadora, Especializada em História e Cultura de Minas Gerais

Bibliografia:

CASTELNAU, Francis. **Expedição às regiões centrais da América do Sul**- Ed. Nacional.SP.1949

SOARES, José Carlos de Macedo. **Xilogravura: Santo Antônio de Lisboa: Militar no Brasil**-José Olímpio, 1942

SOUZA, Adriana Barreto de. **Duque de Caxias, o homem por trás do monumento**- Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2008

TRINDADE, José da Santíssima, Dom Frei- **Visitas pastorais de Dom Frei José da Santíssima Trindade (1821-1825)**-Belo Horizonte,1998.

VASCONCELOS, Salomão-**Solares e vultos do Passado**-Imprensa Oficial, Livraria Nicolai,1944

Belchior Pinheiro de Oliveira (o Padre) - Meu pentavô

É incompreensível o quase esquecimento do seu nome entre os “Grandes Vultos da Independência Brasileira”.

E quanto ao privilégio da leitura das mensagens, lidas na colina do Ipiranga, fácil é aceitar-se a versão de Belchior Pinheiro de Oliveira, tendo-se em vista as circunstâncias do momento histórico e a sua proeminência como o único letrado presente no decisivo instante em que o Brasil se libertaria das amarras de uma recolonização.

Nasceu em 8 de dezembro de 1775, no Arraial do Tijuco, hoje cidade de Diamantina, Minas Gerais, situada a pouco mais de 300 quilômetros da capital.

Na época do seu nascimento, regras absurdas imperavam no Arraial do Tijuco. A chamada Junta Administrativa- o Intendente e seus auxiliares- dispunha de tudo a seu bel-prazer. Era tempo dos diamantes! Era o tempo do Regulamento da Capa Verde- Regimento Diamantino de 1771.

Segundo o Regulamento, conferia-se ao Intendente do Tijuco até o direito “de aplicar a pena de morte civil a qualquer indivíduo, sem apelação ou recurso de qualquer espécie”.

Foram nesses dias difíceis, 1772 a 1808, de opulência de alguns, de miséria de muitos, de esplendor do contrabando e de glória do absolutismo que vigorava além-mar, dos seus caciques aqui implantados, que nasceu Belchior Pinheiro de Oliveira, futuro padre, que viria a ser um dos grandes homens do Brasil.

Dois signos bem diversos presidiram, portanto, ao seu nascimento: o signo da graça, 8 de dezembro dia da Imaculada Conceição, que incutira em sua alma o sentimento da pureza e da piedade e o fez padre; e o signo do infortúnio, ali tão bem representado na sua situação desoladora dos seus patrícios e que teria preparado desde cedo o seu espírito no sentimento da revolta contra o lusitanismo, fazendo-o mais tarde o estrênuo defensor da libertação da Pátria.

Quando o regime absolutista desapareceu, o livro da Capa Verde foi queimado pelo povo, em praça pública, nas ruas de Diamantina, que assim manifestava a sua alegria.

O Cônego Raymundo Trindade, notável autoridade em genealogia e história de Minas Gerais, no seu valioso trabalho, Velhos Troncos Mineiros, obra de seu fôlego no campo da História e Genealogia, ponto de partida de muitos pesquisadores, que encanta pela variedade e excelência dos dados que a compõem, no III volume, pág. 45, sob o título Andradas, traz ao conhecimento público as transcrições dos assentos dos batizados dos pais do Padre Belchior, transcritas a seguir, com a devida vênua.

Ele dá notícia da origem da família. Segundo ele, trata-se de apelido (sobrenome) nobre em Portugal. Procede de um dos cinco cavaleiros que passaram a Espanha, à guerra dos Mouros com o conde D. Membo. É seu solar a Vila Andrada, Mestre da Ordem de Cristo, passou para Portugal no tempo de D. Pedro de Castela, e dele descendem os Andrade e os Andrada, nome de família que passou a ser usado de um ou outro modo.

Batismo do Padre Belchior

Da importante obra do Cônego Trindade temos a transcrição do seu batistério que se segue:

"Aos vinte e três de Dezembro de mil sete centos e setenta e cinco, nesta capella de Santo Antônio do Tejuco, baptizei solemnemente e puz os santos óleos a Belchior, filho legitimo de Belchior Pinheiro de Oliveira e de sua mulher Dona Floriana Rosa de Oliveira, neto pela paterna de João Baptista de Oliveira e de sua mulher Dona Anna Rosa da Fontoura e pela Materna de Thomas Antônio Pacheco Galindo e de sua mulher Dona Marianna Genoveva de Andrada, nasceo a oito de Dezembro; padrinhos Diogo Velho Cardoso, por procuração que dele apresentou João ... da Silva, e Isabel Maria da Soledade, por procuração que apresentou o sargento mor Manoel Baptista Padrim e para constar mandei fazer este assento que assignei, O Capellão Frutuoso Gomes da Costa.

A Precedência do Padre

É importante mostrar o início das atividades do Padre Belchior em favor da independência do Brasil e demonstrar, pelo menos pelo registro histórico, a ocasião em que Padre Belchior já aparece iniciando e buscando, com outros brasileiros, a separação do Brasil de Portugal, a emancipação política.

Quando digo já aparece é porque será lícito presumir que, anteriormente, a atividade política fazia parte da sua vida e era exercida antes mesmo do seu parente Jose Bonifácio.

José Bonifácio nasceu no dia 13 de junho de 1763. Chega a Coimbra em 1783. Aos 20 anos de idade já estava na universidade dos seus sonhos. Belchior nasceu no dia 8 de dezembro de 1778. Só viria a matricular-se na universidade em outubro de 1802 com 24 anos de idade.

Em 1943 o Ministério da Educação e Saúde, pela Biblioteca Nacional, editou Estudantes Brasileiros na Universidade de Coimbra- 1772-1872. Ali encontraram os registros referentes aos dois brasileiros, sob os números 262 e 553, págs. 40 e 79 respectivamente.

" 262. José Bonifácio de Andrade e Silva.

Filho de Bonifácio José de Andrada.

Nascimento em Santos-SP em 1763.

" 553. Belchior Pinheiro d' Oliveira

Filho de Belchior Pinheiro de Oliveira.

Nascimento em 8 de dezembro de 1775 - Serro Frio- Minas Gerais.



Belchior morava nos sertões de Serro Frio, no Arraial do Tijuco. A idade e uma grande distância que se somavam à dificuldade de locomoção, separavam os dois grandes brasileiros. Só mais tarde, Belchior, homem feito, já ordenado sacerdote, atravessaria os mares rumo a Portugal. Por certo aquele tempo, um e outro nem se conheciam, nem sabiam de seu parentesco!

De volta ao Brasil em 20 de abril de 1810 foi indicado Vigário de Pitangui-Minas Gerais por apresentação régia.

Estava a paróquia, a esse tempo, ocupada pelo Pe. Domingos Soares Torres Brandão e, enquanto aguardava sua ida para Pitangui, Padre Belchior permaneceu no Rio de Janeiro onde ajudou a fundar a Loja Maçônica Distintiva na Praia Grande. Naquela época as lojas eram fervorosos centros de disseminação de ideias cívicas e libertárias. Após ser a Loja fechada pela polícia, Padre Belchior continuou no Rio, junto a seus amigos até que vagou a paróquia de Pitangui o que veio acontecer em 1813, com o falecimento de Pe. Domingos. Foi o Padre Belchior investido no paroquiato, em virtude da confirmação régia, sendo vigário colado de Pitangui, em Mariana, aos 4 de maio de 1814, pessoalmente, perante o vigário geral, Dr. Antônio Marcos Antônio Monteiro de Barros.

Na primeira eleição que se procedeu em Minas, em 1821, o nome do Padre Belchior encabeçava a lista, mas por discordar da política da metrópole em relação ao Brasil, ele e todos os outros deputados eleitos por Minas declinam do cargo e redigem um enérgico ofício à Junta Mineira explicando o motivo da recusa. De maio a novembro de 1822 foi redator do jornal O Constitucional, no Rio de Janeiro.

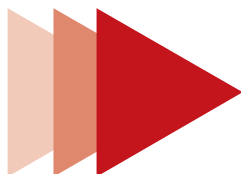
A Independência

No Rio Padre Belchior era amigo inseparável de José Joaquim da Rocha, cuja casa também era frequentada pelo príncipe Dom Pedro, quando então se conhecem, tornando-se o padre seu amigo e mentor espiritual. Em agosto de 1822, Padre Belchior partiu de Pitangui para juntar-se à comitiva do Príncipe D Pedro, que estava em viagem a São Paulo e Santos.

A 7 de Setembro de 1822, ao lado da imponente figura de Sua Alteza, participou decisivamente do Grito da Independência, quando D. Pedro rompeu os laços que prendiam o Brasil a Portugal, conforme veremos na transcrição a seguir.



Casa do Padre Belchior. Atual Prefeitura Municipal de Pitangui.



“Foi nessa altura, no lugar denominado Moinhos, que dois correios da Corte se aproximaram apressadamente. Entregaram importantes papéis ao príncipe. O príncipe mandou ler alto as cartas trazidas por Paulo Bregaro e Antônio Cordeiro. Eram elas: uma instrução das Cortes, uma carta de D. João [chegadas de Portugal], outra da princesa, outra de José Bonifácio e ainda outra de Chamberlain.”

A instrução da Corte ordenava o seu retorno, “cassava” a D. Pedro as prerrogativas de Regente autônomo e o “rebaixava” à condição de delegado temporário e dependente das Cortes ao mesmo que transferia para Lisboa o governo do Brasil. Já a carta de Bonifácio indicava dois caminhos, ou a independência ou a ida para Portugal e submissão à Corte.

“D. Pedro, tremendo de raiva, arrancou de minhas mãos os papéis e, amarrotando-os, pisou-os, deixou-os na relva. Eu os apanhei e guardei. Depois, virou-se para mim e disse”:

- “E agora, padre Belchior? E eu respondi prontamente: - Se V. Alteza não se faz rei do Brasil será prisioneiro das Cortes e, talvez, deserdado por elas. Não há outro caminho senão a independência e a separação”.

“D. Pedro caminhou alguns passos, silenciosamente, acompanhado por mim, Cordeiro, Bregaro e outro, em direção aos animais que se achavam à beira do caminho. De repente, estacou já no meio da estrada, dizendo-me: - Padre Belchior, eles o querem, eles terão a sua conta. As cortes me perseguem, chamam-me com desprezo de rapazinho e de brasileiro. Pois verão agora quanto vale o rapazinho. “De hoje em diante estão quebradas as nossas relações; nada mais quero com o governo português e proclamo o Brasil, para sempre, separado de Portugal.”

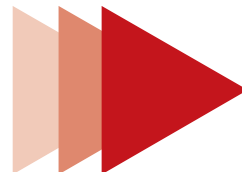
“Respondemos imediatamente, com entusiasmo: - “Viva a Liberdade! Viva o Brasil separado! Viva D. Pedro!” O príncipe virou-se para seu ajudante de ordens e falou: - “Diga à minha guarda, que eu acabo de fazer a independência completa do Brasil. Estamos separados de Portugal”.

“O tenente Canto e Melo cavalgou em direção a uma venda, onde se achavam quase todos os dragões da guarda. E com eles veio ao encontro do príncipe, dando vivas ao Brasil independente e separado, à D. Pedro e à religião.”

“Diante de sua guarda disse o príncipe: - Amigos, as cortes portuguesas querem escravizar-nos e perseguem-nos. De hoje em diante nossas relações estão quebradas. Nenhum laço nos une mais.”

“E arrancando do chapéu o laço azul e branco, decretado pelas cortes como símbolo da nação portuguesa, atirou-o ao chão, dizendo: - Laço fora soldados! Viva a independência, a liberdade e a separação do Brasil!”

“Respondemos com um viva ao Brasil independente e separado e um viva a D. Pedro.”



“O príncipe desembainhou a espada, no que foi acompanhado pelos militares; os paisanos tiraram o chapéu, e D. Pedro Disse: - Pelo meu sangue, pela minha honra, pelo meu Deus, juro fazer a liberdade do Brasil.!”

“- Juramos, respondemos todos”

“Depois disse: - Brasileiros! A nossa divisa de hoje em diante será - *Independência ou Morte!*”

Em 1823 Padre Belchior foi eleito novamente representante de Minas à primeira Constituinte, mas, por discordar das atitudes absolutistas de D. Pedro, ele e demais opositores, inclusive os irmãos Andradas, foram deportados para a França onde permaneceram por seis anos. Ao retornar, reassumiu a igreja em Pitangui e foi eleito vereador, cargo que ocupava quando foi preso em 1833, sob a acusação de ter participado da revolta em Ouro Preto. Em 1840 é eleito deputado provincial e posteriormente volta a assumir o cargo de vereador em Pitangui.

Padre Belchior Pinheiro de Oliveira faleceu na casa em que residia, na atual Rua Padre Belchior, nº 85, (antiga Rua de Baixo), em Pitangui nas Minas Gerais, no dia 12 de junho de 1856, às 9 horas da noite, com 80 anos, cercado de respeito e de admiração.

Foi enterrado sob a arcada da Igreja do Pilar, como pedira, para ser pisado por todos. Ele mesmo suplicou aos amigos aquele favor.

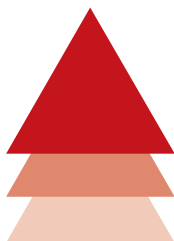
“Quero ser enterrado na Igreja Matriz, por baixo dos arcos da entrada, por onde todos passem. Faço questão de ser pisado por todos”.

Aquele ato de humildade foi satisfeito. Ali foi enterrado.



Memorial.

Eudes Cassiano da Cruz



Pitangui, a Independência do Brasil passa por aqui!

Roteiro Turístico

A tricentenária Pitangui, Sétima Vila de Minas, fundada no ciclo do Ouro em 1715, dispõe de um vasto patrimônio histórico que vai além da materialidade de seus casarões de estilos arquitetônicos diversificados. O patrimônio ambiental do município é composto por belas paisagens com serras, rios, matas e trilhas propícias para a prática de caminhadas, corridas e esportes radicais como Mountain Bike e Motocross. No entorno, encontram-se as comunidades rurais com suas tradições, fazendas centenárias e a produção artesanal da boa cachaça de Pitangui, dos doces, queijos e quitandas típicas. Os atrativos culturais imateriais abrangem saberes, celebrações, costumes, as artes, manifestações culturais transmitidas entre gerações e os sabores da terrinha; além da salvaguarda de arquivos documentais que atraem visitantes e pesquisadores de várias localidades. Por tanto, para uma breve visita ou uma longa estada, o que não faltam são atrativos e roteiros no município.

Os pitanguenses, com o seu jeito acolhedor e solícito, têm o seu cantinho especial e um lugar para levar um amigo ou familiar que visita a cidade. E para que a sua estada seja uma experiência ainda mais interessante, a nossa sugestão para um roteiro histórico em Pitangui é a seguinte:

Começar de manhã pela Estação Ferroviária (rodoviária velha); seguir para a Capela do Bom Jesus; passar na Capela de São José; seguir para a Igreja Matriz de N. S. do Pilar e visitar em seu adro o túmulo do Pe. Belchior Pinheiro de Oliveira - o então vigário de Pitangui, mentor e conselheiro espiritual de D. Pedro I, que participou ativamente do processo de Independência do Brasil; ir até o Chafariz construído em 1835; descer pela Praça da Câmara, apreciar a arquitetura e conhecer o casarão onde

viveu o Pe. Belchior, na rua de mesmo nome, atual sede da prefeitura; e subir para a Praça do Jardim e apreciar o coreto e o casario de estilos diversos, com destaque para o Sobrado do Museu, que abriga o Instituto Histórico de Pitangui.

Depois a dica é passar pelo casarão onde morou Maria Tangará; subir até a Igreja de São Francisco de Assis, contemplar seu adro; depois passar em frente ao antigo casarão e Capela da Santa Casa, em seguida descer pela Praça Antônio Fiúza; depois subir até o bairro Penha pelo Morro do Batatal, visitar a bucólica Capela de Santo Antônio e conhecer a casa do bandeirante Velho da Taipa, considerada a 1ª de Pitangui. Na volta, passar pela desativada Mina da Lavagem e pela casa onde residiu Borba Gato.

A pausa para almoço é nos restaurantes da cidade que servem a tradicional comida mineira. Outra opção é degustar um peixe frito, nos bares à beira do Rio Pará, no povoado de Velho da Taipa, há 5 km de Pitangui, depois visitar o Museu do Ferroviário, conhecer o acervo e ouvir as histórias do tempo do trem, na antiga Estação local.

No fim da tarde, a dica é subir até a serra da Cruz do Monte para apreciar a vista, a brisa e o belo pôr do Sol. Na sequência, descer até algum boteco da cidade, para uma boa prosa, acompanhada de cerveja gelada e petiscos, interagindo com os pitanguenses. Depois desse *tur*, é hora de fazer uma pausa para descanso nas pousadas e hotéis da cidade, para encarar a noite nas opções de bares, lanchonetes, pizzarias, cervejarias com música ao vivo. Em 2022 – o ano do Bicentenário da Independência - Pitangui completou 307 anos de muitas história e tem a arte da receptividade como característica marcante de seu povo. Visite Pitangui, a Independência do Brasil passa por aqui!

Leonardo Morato - Turismólogo



Agradecimentos

A primeira revista do Instituto Histórico de Pitangui-IHP constituiu um marco em sua trajetória. A sua realização foi possível com recursos da Lei nº 14.017, de 29 de junho de 2020, denominada “Lei Aldir Blanc”, disponibilizados via edital pela Prefeitura Municipal de Pitangui - MG, como uma medida de apoio aos fazedores de cultura no período da Pandemia da Covid-19.

O Instituto Histórico de Pitangui - IHP agradece, primeiramente, a todos que contribuíram com artigos para compor a Revista Instituto Histórico de Pitangui-Nº 01, de forma voluntária. Aos associados e ao Conselho Diretor da instituição pela ajuda irrestrita. E, aos demais colaboradores que tiveram seus valiosos trabalhos somados para conclusão desta obra:

- Ana Maria Nogueira Rezende
- Associação Universo Cultural
- Charles Aquino
- Elder Roberto de Carvalho Souza
- Eudes Cassiano da Cruz
- Gráfica Avohai
- Instituto Cultural Maria de Castro Nogueira
- Instituto Histórico e Geográfico de Pompéu
- Israel de Jesus Borges Almeida
- Ivete da Conceição Bento Ribeiro
- Leonardo Morato
- Licínio de Sousa e Silva Filho
- Luciene Resende
- Maria da Graça Menezes Mourão
- Maria José Valério Calderaro Teixeira
- Suzana Stucka
- Vandeir Santos

